

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul e sua contribuição para o desenvolvimento regional de Ponta Porã e área de abrangência

The Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso do Sul and its contribution to the regional development of Ponta Porã and its catchment area

El Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Mato Grosso do Sul y su contribución al desarrollo regional de Ponta Porã y su área de influencia

Recebido: 01/03/2022 | Revisado: 03/08/2022 | Aceito: 12/03/2022 | Publicado: 20/03/2022

José dos Santos Ferreira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7822-1490>

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

E-mail: jose.ferreira@ifms.edu.br

Omar Jorge Sabbag

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3940-4240>

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

E-mail: omar.sabbag@unesp.br

Resumo

O presente trabalho, é o resultado de uma pesquisa apresentada no programa de pós-graduação stricto sensu em desenvolvimento regional e sistemas produtivos – PPGDRS da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Onde investigou-se qual a contribuição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul *Campus* Ponta Porã para o desenvolvimento regional da sua área de abrangência. Nesse processo de compreensão do tema proposto, fez-se um levantamento sobre a implantação e expansão dos Institutos Federais, a partir da Lei Federal nº11.892, de 29 de dezembro de 2008, a qual, em sua redação expressa que a interiorização do ensino técnico tem como objetivos impulsionar o desenvolvimento regional. Pode-se, a partir dessa pesquisa, perceber que o IFMS Ponta Porã vem realizando esforços para aproximar-se da comunidade através de eventos e parcerias com os municípios e instituições da região. Nota-se ainda que, a formação profissional, nos cursos analisados apresentam boas perspectivas de inserção dos egressos no mercado de trabalho e aumento da renda. Pode-se inferir que a instituição não atende somente a educação empresarial, utilitarista e instrumental, mas também permite uma visão crítica, humanista, holística, uma vez que através da formação recebida na instituição os indivíduos têm condições de fazer escolhas, entre elas a de poder dar continuidade aos estudos na vida acadêmica. As contribuições do IFMS de Ponta Porã para o desenvolvimento regional ocorrem com a formação de jovens e adultos para o mundo do trabalho, através do ingresso dos formandos no mercado de trabalho, com a realização de eventos científicos e culturais no município.

Palavras-chave: Desenvolvimento local/regional; Educação profissional; Rede Federal.

Abstract

The present work is the result of a research presented in the stricto sensu graduate program in regional development and productive systems - PPGDRS of the State University of Mato Grosso do Sul. Where the contribution of the Federal Institute of Education, Science was investigated. and Mato Grosso do Sul Ponta Porã Campus Technology for the regional development of its coverage area. In this process of understanding the proposed theme, a survey was carried out on the implementation and expansion of Federal Institutes, based on Federal Law nº 11892, of December 29, 2008, which, in its wording expresses that the internalization of teaching technical aims to boost regional development. Based on this research, it can be seen that the IFMS Ponta Porã has been making efforts to get closer to the community through events and partnerships with municipalities and institutions in the region. It is also noted that professional training in the courses analyzed present good prospects for the insertion of graduates in the labor market and increase in income. It can be inferred that the institution not only serves business, utilitarian and instrumental education, but also allows for a critical, humanistic, holistic view, since through the training received at the institution, individuals are able to make choices, including that of be able to continue studies in academic life. The contributions of the IFMS of Ponta Porã to regional development occur with the training of young people and adults for the world of work, through the entry of graduates into the labor market, with the holding of scientific and cultural events in the municipality.

Keywords: Local/regional development; Professional education; Federal Network.

Resumen

El presente trabajo es el resultado de una investigación presentada en el programa de posgrado stricto sensu en desarrollo regional y sistemas productivos - PPGDRS de la Universidad Estatal de Mato Grosso do Sul. Donde se investigó el

aporte del Instituto Federal de Educación, Ciencia. Y Mato Campus Grosso do Sul Ponta Porã Tecnología para el desarrollo regional de su área de cobertura. En este proceso de comprensión del tema propuesto, se realizó una encuesta sobre la implementación y ampliación de los Institutos Federales, con base en la Ley Federal nº 11892, de 29 de diciembre de 2008, que en su redacción expresa que la internalización de la enseñanza técnica tiene como objetivo impulsar el desarrollo regional. Con base en esta investigación, se puede observar que el IFMS Ponta Porã ha venido haciendo esfuerzos para acercarse a la comunidad a través de eventos y alianzas con municipios e instituciones de la región. También se observa que la formación profesional en los cursos analizados presenta buenas perspectivas para la inserción de los egresados en el mercado laboral y el aumento de los ingresos. Se puede inferir que la institución no solo atiende a la educación empresarial, utilitaria e instrumental, sino que también permite una mirada crítica, humanista y holística, ya que a través de la formación recibida en la institución, los individuos son capaces de tomar decisiones, incluida la de poder. para continuar estudios en la vida académica. Los aportes del IFMS de Ponta Porã al desarrollo regional se dan con la formación de jóvenes y adultos para el mundo laboral, a través del ingreso de egresados al mercado laboral, con la realización de eventos científicos y culturales en el municipio.

Palabras clave: Desarrollo local / regional; Educación profesional; Red federal.

1. Introdução

A educação tem grande importância na vida das pessoas, das famílias, das cidades, dos estados e dos países. E deveria ser parte de uma política pública estratégica de país, base para o crescimento e desenvolvimento do seu povo. Uma vez que o processo educativo é um dos elementos necessários para o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Desta forma, a educação precisa acompanhar a evolução da sociedade, atendendo as demandas oriundas do processo de desenvolvimento e catalisando as potencialidades locais.

A educação é um fenômeno social. Isso significa que ela é parte integrante das relações sociais, econômicas, políticas e culturais de uma determinada sociedade. Na sociedade brasileira atual, a estrutura social se apresenta dividida em classes e grupos sociais com interesses distintos e antagônicos; esse fato repercute tanto na organização econômica e política quanto na prática educativa. Assim, as finalidades e os meios da educação subordinam-se à estrutura dinâmica das relações entre as classes sociais, ou seja, são socialmente determinados (Libâneo, 2008, p.17).

A questão da educação está ligada ao desenvolvimento regional, o que explica a necessidade de se formar e capacitar pessoas, que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno. E, de possibilitá-las a atuação na engrenagem produtiva de potencialidades locais existentes e podendo despertar, as que, por ventura, estejam adormecidas. Essa visão de que podemos ser donos da nossa própria transformação econômica e social, e que o desenvolvimento não se espera, mas se faz, está ligada ao desenvolvimento endógeno (Barquero, 2001).

A teoria do desenvolvimento endógeno pressupõe o protagonismo dos atores locais, interagindo em laços de cooperação territorial que constituem o capital social de uma região. O processo de desenvolvimento endógeno é concebido e implementado a partir da capacidade de que dispõe determinada comunidade para a mobilização social e política de recursos humanos, materiais e institucionais. Assim, a capacidade de a sociedade liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento regional, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos disponíveis na sua área, traduz a forma de desenvolvimento denominado endógeno (Oliveira & Lima, 2003).

A promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), conhecida como a constituição cidadã, trouxe um conjunto de princípios que norteiam a construção de um país soberano e essencialmente democrático. Para além da conquista da tutela dos direitos fundamentais e do exercício da cidadania, a CF/88 estabeleceu a redução das desigualdades regionais como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, como se verifica no inciso III do art. 3º da CF (Brasil, 1988).

De forma que o direito à educação está previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988 no Art. 205, onde ela observa, como dever do estado e da família assegura o pleno desenvolvimento da pessoa. A Constituição estabelece também que uma das funções do orçamento público é assegurar a redução das desigualdades regionais, o que obriga o governo a fazer

investimentos na educação, principalmente quando ocorre falta de vagas em cursos regulares da rede pública de educação, em uma determinada localidade, de forma, que a desigualdade educacional deve ser combatida com políticas públicas.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nesse sentido, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados a partir de uma política pública de educação nacional, com a missão expandir o acesso, de formar jovens e adultos no ensino técnico e tecnológico, oportunizando-os uma qualificação, em uma escola pública de qualidade. A Lei de criação dos Institutos Federais, lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, preconiza, como missão institucional dos Institutos, a contribuição para o desenvolvimento socioeconômico local e regional. O que de certa forma explica a interiorização da rede, que é observada também no objetivo 0582 do anexo do Plano Plurianual (PPA) para 2012-2015, que diz:

Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência (Brasil, 2012, p. 136).

A interiorização da Rede Federal vai ao encontro do trabalho realizado pelo Tribunal de Contas da União TCU que diagnosticou que o baixo grau de investimentos em políticas públicas que permita o desenvolvimento das pessoas, reflète de certa forma na carência de recursos humanos, materiais e financeiros, fato que amplia as vulnerabilidades dos limites territoriais, de nossas fronteiras (TCU/Acórdão 2252/2015). Para Filho (2020) a criação e interiorização dos Institutos Federais têm dentre seus objetivos elevar os índices educacionais e promover melhorias na vida de milhares de famílias.

Em 2004, foi concebida a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), mas institucionalizada somente em 2007, com a publicação do Decreto Federal nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. O enfrentamento dos desequilíbrios regionais foi apresentado como indissociável da estratégia de desenvolvimento do país, ao estabelecer, no art. 1º, como objetivo da PNDR, a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e, a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, devendo orientar os programas e ações federais no território nacional (Brasil, 2007).

Nesse contexto, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), por meio da Lei 11.892, de 2008, responsáveis por ofertar Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em todos os níveis e modalidades de ensino, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Ou seja, cada Instituto Federal (IF) deve orientar a sua oferta formativa em sintonia com a vocação e com as potencialidades locais, visando o desenvolvimento socioeconômico do território, nos termos dos incisos I e IV do art. 6º, da lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que criou os IF (Brasil, 2008).

Portanto, uma das finalidades dos IFs é atuar em favor do desenvolvimento local e regional, na perspectiva da construção da cidadania, através da oferta de ensino articulado com as potencialidades locais. Dessa forma, em sua intervenção, os IFs devem explorar, no seu local de atuação, as potencialidades de desenvolvimento, vocação produtiva, realizando a transferência de tecnologias, conhecimentos e inserção das pessoas no mundo do trabalho (Brasil, 2008). Andrade, Rocha, Santos, Marques e Neres (2021) concluem que “Municípios que possuem em seu território um Instituto Federal têm o PIB per capita médio maior se comparado aos que não o possuem”. O que mostra a importância da presença dos Institutos Federais no interior do país.

Nesse sentido, a presente pesquisa se propõe analisar as contribuições do IFMS – *Campus* Ponta Porã, para o desenvolvimento regional e local, a partir de sua implantação no município, que ocorreu na segunda fase de expansão da Rede Federal no ano de 2010, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), por meio de uma chamada pública

de apoio à implantação de novos Institutos Federais, contemplou o IFMS com mais cinco novos *campi* nesta fase, entre eles o *Campus* Ponta Porã (PDI, 2014-2018).

O município de Ponta Porã, é a cidade polo da Região Sul- Fronteira, composta por nove municípios, tendo Ponta Porã como o grande centro econômico da região. O perfil econômico da Região Sul- Fronteira baseia-se na Agropecuária no Comércio e nos Serviços. Ponta Porã está entre as quatro principais cidades do interior de Mato Grosso do Sul, sendo a quinta maior cidade do estado, em número de habitantes, com população estimada pelo IBGE em 2020 de 93.937 habitantes. O PIB per capita do município em 2018 foi de R\$ 33.619,11 ficando acima da média nacional de R\$ 33.593,82. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM em 2010 foi de 0,701, dentre os 5.565 avaliados o município ficou na posição 1.866°. Em 2010 a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade estava em 96,9%. Ainda segundo o IBGE Cidades, o município de Ponta Porã conta com 38 estabelecimentos escolares que atuam no ensino fundamental e 15 estabelecimentos voltados ao ensino médio.

Algumas pesquisas, que têm os Institutos Federais como objeto de estudo e que tratam sobre desenvolvimento de alguma perspectiva: A pesquisa realizada por Palasios (2012), que investigou a articulação da educação profissional e o desenvolvimento territorial no âmbito do Instituto Federal Goiano (IFG). Silva e Terra (2013) analisaram a expansão dos IFs e a relação com o desenvolvimento local e regional. Hasegawa (2015) realizou pesquisa no IFSC Campus Canoinhas: Uma Análise da Implantação e Função Social no desenvolvimento do Território da Cidadania do Planalto Norte Catarinense. Souza (2018) que abordou em sua pesquisa o desenvolvimento regional e local frente à diversidade étnica e cultural, considerando o município de São Gabriel da Cachoeira do Estado do Amazonas, onde há um IFAM. Esses trabalhos em parte se assemelham, com a pesquisa que propomos neste estudo, de analisar qual a contribuição do IFMS Campus Ponta Porã para o desenvolvimento regional do município e sua área de abrangência.

A pesquisa está estruturada em cinco capítulos, tendo a Introdução no primeiro capítulo. No segundo capítulo, aborda-se um estudo teórico que conceitua a Rede Federal de Educação bem como os Institutos Federais, desenvolvimento regional e arranjos produtivos. No terceiro capítulo, discute-se os procedimentos metodológicos e o conjunto de atores participantes da pesquisa. Na sequência, apresenta-se os resultados e discussões e por fim, as considerações finais.

1.1 A rede federal de educação

A educação profissional brasileira tem seu início no século XIX, no ano de 1809, com a criação do Colégio das Fábricas, inaugurado logo nos primeiros anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil, com o objetivo de amparar e capacitar os pobres e órfãos desprovidos de condições sociais e econômicas satisfatórias da época. Com o intuito de proporcionar condições favoráveis para a produção de diversos bens e serviços e, ainda permitir a ocupação qualificada da mão de obra ociosa, criada pelo então Príncipe Regente, futuro D. João VI, o Colégio das Fábricas pode ser considerado como o embrião da educação profissional no Brasil (Parecer nº 16/99-CEB/CNE).

Já a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, da qual os Institutos Federais fazem parte, tem uma história centenária na atuação da educação técnica profissional, criada pelo presidente brasileiro Nilo Peçanha (1909-1910) por meio do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909. No início foram criadas dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, com o objetivo de capacitar os menos favorecidos e “desprovidos da sorte” preparando-os para atuar no mercado de trabalho da época. Sendo que a partir de 1909 o Estado brasileiro assume a educação profissional, com a criação da escola de Aprendizes Artífices em diferentes unidades do território nacional, sendo essas, as precursoras das escolas técnicas estaduais e federais no Brasil. Por este motivo o presidente Nilo Peçanha é considerado o pai da Educação Profissional no Brasil, por ter sido o responsável pela Criação das 19 Escolas de Aprendizes e Artífices (Mello, 2009).

A trajetória do ensino técnico foi de muitas mudanças e transformações até chegar na configuração que temos hoje. No ano de 1927 o congresso aprova o projeto de lei que tornava obrigatório o oferecimento do ensino profissional no país. Em 1937

as Escolas de Aprendizizes são transformadas em Liceus Industriais através da lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Já em 1942 o decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro, transforma os Liceus Industriais em Escolas Industriais e Técnicas; esse decreto também permitiu que o ensino profissionalizante fosse equivalente ao ensino secundário (MEC, 2010).

A Reforma Capanema foi uma das muitas mudanças que sofreu o sistema educacional brasileiro, foi uma reforma do sistema educacional realizada durante a Era Vargas (1930-1945), sob o comando do ministro da educação e saúde, nessa época educação e saúde eram aglutinadas na mesma pasta, comandada por Gustavo Capanema Filho. Essa reforma, de 1942, foi marcada pela articulação junto aos ideários nacionalistas de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico, implantado sob a ditadura conhecida como “Estado Novo”. Entre as mudanças implantadas pela reforma, o ensino técnico passou a ser considerado de nível médio. O ingresso nas escolas indústrias passa a depender de exames de admissão. Os cursos são divididos em dois níveis, primeiro: curso básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de maestria, e o segundo: curso técnico industrial (MEC, 2010).

Em 1959, ocorre outra alteração no nome da instituição e também em sua estrutura de organização as Escolas Industriais e Técnicas passam a chamar Escolas Técnicas Federais e são elevadas ao nível de autarquias com autonomia didática e de gestão. Na sequência, em 1961, o ensino passa por outra transformação com a promulgação da primeira LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através da lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, na qual o ensino profissional foi equiparado ao ensino acadêmico. Posteriormente, em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 trouxe um capítulo tratando especialmente da educação profissional (MEC, 2010).

Em 1994, com a promulgação da lei 8.948, de 08 de dezembro, foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais - ETFs e as Escolas Agrícolas Federais - EAFs em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs. E, ficou estabelecido que a expansão da oferta da educação profissional somente ocorreria em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que ficariam responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino (MEC, 2010).

O decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, regulamentou a educação profissional e criou o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep). Em 2004 o Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004, faz uma importante mudança para o ensino profissionalizante permitindo a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio. Com a promulgação da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, que regulamentou a expansão da oferta da educação profissional que passou a ocorrer preferencialmente em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais (MEC, 2010).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados pela lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, juntamente com os centros federais de educação tecnológica; as escolas técnicas vinculadas às universidades federais; a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e o Colégio Pedro II. Ao todo são 38 Institutos Federais presentes em todos estados da federação, totalizando 661 *Campi* (Silva & Terra, 2013).

A política pública de expansão e descentralização das Instituições Federais de Ensino a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se intensificou nos últimos anos, com o objetivo de ampliar e democratizar o acesso à educação técnica e superior e, principalmente, contribuir para o desenvolvimento local e regional dos territórios brasileiros. O documento “Concepção e Diretrizes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia”, da lavra do MEC, abordou os aspectos teóricos que fundamentaram as finalidades dos IFs e, inclusive, o enfoque no desenvolvimento territorial adotado pelos mesmos (Brasil, 2008).

Ao consignar a relação entre o desenvolvimento local e regional, o documento afirma que:

[...] atuar no sentido do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal, constitui um preceito que fundamenta a ação do Instituto Federal [...] Pensar o local, ou seja, pensar o uso do espaço geossocial, conduz à reflexão sobre a territorialidade humana (Brasil, 2008, p. 24).

Ainda, ao estabelecer a comunicação entre os IFs e seus territórios, o documento conclui que:

[...] cada Instituto Federal deve ter a agilidade para conhecer a região em que está inserido e responder mais efetivamente aos anseios dessa sociedade, com a temperança necessária quando da definição de suas políticas para que seja verdadeiramente instituição alavancadora de desenvolvimento com inclusão social e distribuição de renda [...] a razão de ser dos Institutos Federais, como instituições voltadas para educação profissional e tecnológica, comprometidas com o desenvolvimento local e regional, está associada à conduta articulada ao contexto em que está instalada; ao relacionamento do trabalho desenvolvido; à vocação produtiva de seu lócus; à busca de maior inserção da mão de obra qualificada neste mesmo espaço; à elevação do padrão do fazer de matriz local com o incremento de novos saberes, aspectos que deverão estar consubstanciados no monitoramento permanente do perfil socioeconômico político-cultural de sua região de abrangência (Brasil, 2008, p. 25).

Nessa relação insere-se nosso campo de estudo, tendo como objeto de pesquisa o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - *Campus* Ponta Porã, no município de Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul, inserido na região de planejamento Região Sul-Fronteira do estado, que tem, dentre outras finalidades estabelecidas pela lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a de dar suporte aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, mapeando as potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural em seu território de atuação (Brasil, 2008).

Apesar de todo o contexto e importância dos IFs como política pública nacional, mencionados até aqui no que tange a desenvolvimento, o decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997 paralisou a criação e expansão da Rede Federal, assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que separou o ensino médio do ensino profissional e também proibiu a criação de novas instituições na Rede de Educação Federal, incentivando e financiando a expansão da rede privada de educação profissional, com recursos do Governo Federal (Souza & Mourão, 2011).

Posterior a esse período de proibição de criação de novas instituições da Rede Federal, considera-se como marco legal do projeto de expansão da RFEFCT, a publicação da Lei nº. 11.195/2005, que deu autonomia à União para, além de poder criar e expandir a educação profissional e tecnológica, manter e gerir as novas unidades de ensino criadas. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), foi lançado, em 2007, pelo Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dentre outras ações propôs a reorganização das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEFCT), adotando uma política fiscal expansionista de investimentos na educação. O modelo proposto foi de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). O primeiro documento oficial, editado pelo Ministério da Educação (MEC) que trata do tema Institutos Federais foi o Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Considera-se que foi dentro dessa perspectiva que, em 29 de dezembro de 2008, que o governo promulgou a Lei n. 11.892, que criou 38 IFETs, presentes nos 26 Estados e no Distrito Federal.

O Ministério da Educação, por meio de sua Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), criou no final de 2005, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. O objetivo foi ampliar a presença destas instituições em todo o território nacional. Uma vez que decorridos 95 anos da criação das primeiras instituições federais de educação profissional técnica e tecnológica, os estados do Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal ainda não tinham sido contemplados com este modelo de escola, sendo que, de 1909 a 2002, foram criadas 140 escolas técnicas federais em todo o país (Pacheco, 2011).

Na representação da figura 1, tem-se a distribuição pelo Brasil das 19 Escolas criadas em 23 de setembro 1909 a partir da publicação do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, pelo então presidente da república Nilo Procópio Peçanha, que criou as Escolas de Aprendizes e Artífices. Posteriormente Nilo Peçanha reconheceu em uma publicação sobre sua viagem ao continente europeu, que se tivesse tomado conhecimento dos excelentes resultados que a educação profissional já vinha

apresentando em alguns países, daquele continente, certamente teria criado um número bem maior de EAA, ao invés de apenas dezenove como fez na época (Silva, 2017).

1.2 A rede federal no município de Ponta Porã

O IFMS *Campus* Ponta Porã iniciou suas atividades no município em setembro de 2010 - PDI 2014-2018 e posteriormente teve a autorização de funcionamento definitivo pela Portaria MEC nº - 79, de 28 janeiro de 2011. Do início do seu funcionamento 2011 até 2020 o Instituto formou mais de mil e duzentos estudantes nos mais variados cursos e modalidades oferecidos pelo *campus*, como Técnico Integrado em Agricultura e Informática, Técnico Subsequente em Agricultura e Informática, Técnico em Manutenção e Suporte em Informática – PROEJA, Técnico em Fruticultura – PROEJA, Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, Tecnólogo em Gestão do Agronegócio, Bacharelado em Agronomia e Especialização em Docência para Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Pós-graduação *lato sensu* (SISTEC/IFMS, 2021).

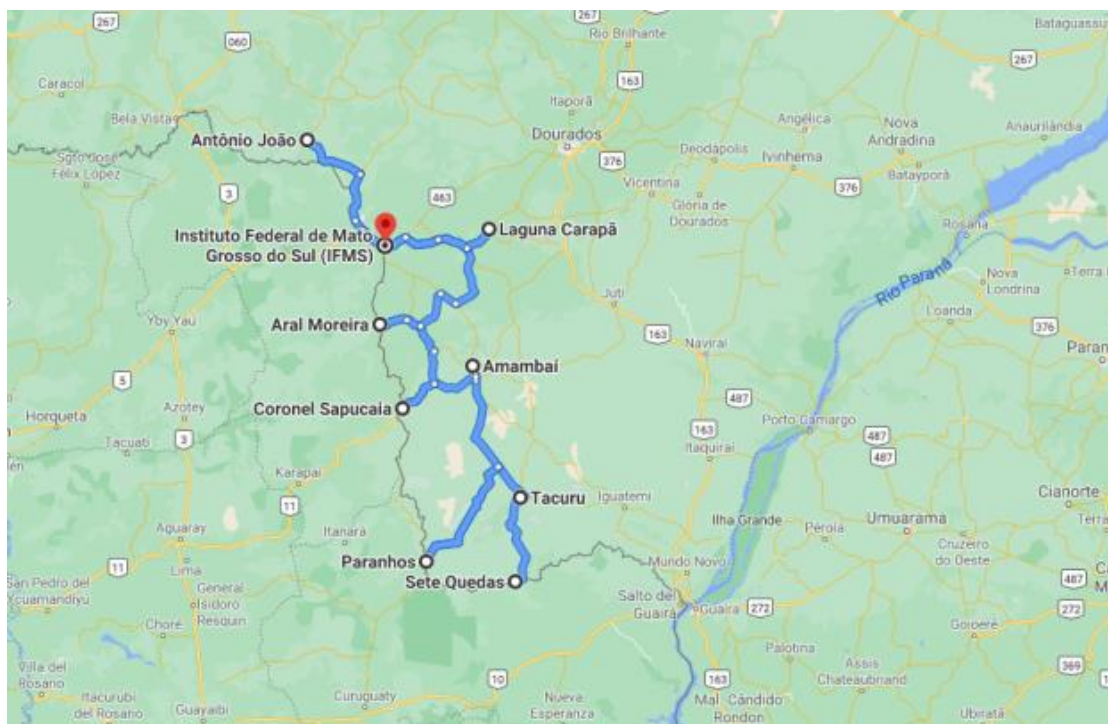
Localizado a aproximadamente 300km da capital do estado, o *Campus* Ponta Porã está localizado na Região Sul Fronteira de acordo com as regiões de planejamento de Mato Grosso do Sul (Figuras 1 e 2), composta por 9 municípios sendo eles Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Laguna Carapã, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas e Tacuru, conforme listado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 do IFMS.

Figura 1 - Mapa da localização da área de abrangência do IFMS *Campus* Ponta Porã.



Fonte: IFMS (2020).

Figura 2 - Mapa da localização dos municípios da área de abrangência do IFMS *Campus* Ponta Porã.



Fonte: Google Maps (2020).

Na média a distância entre os municípios de abrangência do IFMS *Campus* Ponta Porã é de 133,75km (Tabela 1). Sendo que o município mais distante Sete Quedas fica distante 223km e o município mais próximo Laguna Carapã fica distante 55km.

Tabela 1 - Distância aproximada entre os municípios da área de abrangência e o *Campus* Ponta Porã.

Município	Distância do campus
Amambai	105 km
Antônio João	75 km
Aral Moreira	70 km
Coronel Sapucaia	150 km
Laguna Carapã	55 km
Paranhos	216 km
Sete Quedas	223 km
Tacuru	176 km

Fonte: Google Maps (2020).

A história do município Ponta Porã tem vários capítulos entre eles que em 1892 a guarnição da colônia militar de Dourados foi levada para as nascentes dos córregos: Jovai, São Tomaz, Carambola, São Vicente, Ponta Porã, Teguaijho e do Rio São João, o local era preferido pelos carreteiros que faziam o transporte de erva-mate, dando o início a uma povoação, que mais tarde foi denominada de Punta Porã. Posteriormente, em 1900, Ponta Porã torna-se Distrito do município de Bela Vista. O município foi criado em 1912, e em 1943, o Presidente Getúlio Vargas criou o território Federal de Ponta Porã, extinto posteriormente em 1946 (Sebrae, 2015).

Quando o Brasil entrou na batalha da Segunda Guerra Mundial, o presidente do país na época Getúlio Vargas decidiu desmembrar seis territórios estratégicos para serem administrados diretamente pela união. E em 1943 criou o território Federal de Ponta Porã, pelo Decreto-Lei 5.812, desmembrado do Sudoeste do antigo estado de Mato Grosso, o território foi lembrado ao Mato Grosso pela Constituição de 1946 (Sebrae, 2015).

O município de Ponta Porã/MS conta com duas unidades de conservação ambiental TI Pirakuá e APA das Nascentes do Rio APA que juntos somam uma área de 20.394,6204. Por dispor de unidades de conservação ambiental no seu território, a administração municipal participa do repasse aos municípios da arrecadação de ICMS Ecológico (Diário Oficial de MS, 28-12-2012 n° 8.342).

A sede do município tem acesso pelas rodovias BR 463, desde Dourados e MS 164 desde Maracaju. Na área do município existem também 5 empreendimentos geradores de energia elétrica, sendo todas termelétricas compreendendo o Aeroporto Internacional de Ponta Porã, usina de álcool Monteverde, Usina Laguna de Açúcar e Álcool, Usina São João I e São João II (Sebrae, 2015).

O município de Ponta Porã encontra-se localizado no Arco Grande Sul de Fronteiras, um território de fronteira que esteve historicamente ligado à produção da Erva Mate e seus desdobramentos, à pecuária extensiva em toda área, e à exploração da madeira e à produção de grãos. O município faz fronteira seca com o Paraguai e possui uma área estimada em 5.329km², formando uma conurbação internacional com município de Pedro Juan Caballero no país vizinho, o que lhe confere vantagens de localização e condições para o desenvolvimento de suas potencialidades econômicas. Sua população está estimada em 92.526 habitantes, segundo o IBGE (2019). O município pertence a bacia hidrográfica do Rio Paraná e possui vegetação característica de floresta estacional semidecidual.

Na área da educação, o município conta com oito escolas estaduais urbanas, que oferecem ensino fundamental e médio. Quatro delas oferecem ensino para jovens e adultos. Há quatro escolas estaduais rurais. As escolas municipais incluem cinco centros de ensino infantil, quinze escolas de ensino fundamental urbanas, das quais três oferecem educação de jovens e adultos e sete escolas rurais. Há dez escolas particulares, que oferecem do ensino infantil até o ensino médio e uma delas oferece educação profissional e há uma escola de educação especial. Em nível de ensino superior, o município de Ponta Porã dispõe de 4 faculdades, 6 universidades e um centro universitário (Sebrae, 2015).

2. Metodologia

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – *Campus* Ponta Porã, no período de novembro de 2019 a julho de 2021, envolvendo vários atores no contexto desta instituição de ensino. Neste capítulo, trata-se dos aspectos metodológicos que foram utilizados na pesquisa, iniciando pelo tipo e descrição da pesquisa; caracterização do objeto de estudo; população e amostra; bem como a técnica de coleta e interpretação dos dados.

2.1 Tipo e descrição da pesquisa

O procedimento metodológico utilizado para alcançar os objetivos da pesquisa, foi partir de um estudo de caso, que de acordo com Martins (2008), “possibilita a penetração em uma realidade social, não considerada plenamente por um levantamento amostral e avaliação exclusivamente quantitativa”. Creswell (2010) também diz que o estudo de caso é uma das estratégias da pesquisa qualitativa na qual o pesquisador explora profundamente um programa. Dessa forma, o estudo de caso permitirá um olhar apurado das particularidades do IFMS *Campus* Ponta Porã, estabelecendo um diálogo com a comunidade escolar e local.

Para alguns autores, o estudo de caso permite ao pesquisador reunir informações detalhadas e sistemáticas sobre um fenômeno, neste caso utilizou-se de questionário-semiestruturado para coleta de dados, Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, Projeto Pedagógico dos cursos, informações dos sistemas do IFMS como SISTEC, SIGA e SUAP (Patton, 2002). É um procedimento metodológico que evidencia entendimentos dependendo do contexto da pesquisa, sem esquecer-se da representatividade (Llewellyn & Northcott, 2007), centrando-se na compreensão da dinâmica do contexto real (Eisenhardt, 1989) e envolvendo-se num estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento (Gil,2007).

A investigação qualitativa “emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; e métodos de coleta, análise e interpretação dos dados” (Creswell, 2010, p. 206). Nesse sentido, foi utilizado questionário semiestruturado, contendo perguntas abertas e fechadas, para coleta de dados junto à comunidade do IFMS *Campus* Ponta Porã.

Na análise do material coletado, empregou-se a técnica de Análise de Conteúdo explicitada por Martins (2008), que é uma técnica utilizada para estudar e analisar a comunicação de maneira objetiva, sistemática e qualitativa, construindo-se inferências confiáveis de dados e informações com respeito a determinados contextos, a partir dos discursos escritos e orais.

Trata-se de uma pesquisa de amostra intencional (não probabilística), ou seja, amostra selecionada mediante o julgamento do pesquisador. Nesse caso, a amostra por julgamento ou intencional seleciona um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população (Ariboni & Perito, 2004; Marconi & Lakatos, 1996).

2.2 Caracterização do objeto da pesquisa

O *campus* do IFMS no município de Ponta Porã é um *campus* agrícola, conforme Portaria MEC nº 713, de 08 de setembro de 2021, o que demonstra sua conexão com os Arranjos Produtivos Locais (APL) do município de Ponta Porã, que tem bases no agronegócio. A interiorização do ensino técnico tem entre seus objetivos impulsionar o desenvolvimento regional, como prevê o Art. 6º, parágrafo I da Lei no 11.892/2008 que cria os Institutos Federais.

O IFMS *Campus* Ponta Porã iniciou suas atividades em setembro de 2010 (PDI 2014-2018), com a oferta de cursos técnicos subsequentes à distância em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR). Nesse período o *campus* ofertava três cursos técnicos na modalidade Ensino a Distância (EaD), em parceria com a Prefeitura municipal, Técnico em Administração, Técnico em Secretariado e Serviços Públicos. As aulas eram transmitidas via satélite pelo IFPR, ofertados nas dependências do Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal (NTEM).

Posteriormente, em janeiro de 2011, iniciaram-se as atividades presenciais do *campus* em sede provisória, nas dependências dos *campi* da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), situados respectivamente na Rua Itibiré Vieira, Km 4,5, s/nº, no bairro Residencial Júlia Oliveira Cardinal. O *campus* utilizava também em parceria com a prefeitura de Ponta Porã as dependências da escola municipal Manoel Martins localizada no bairro da Granja na rua Campos Sales.

Em setembro de 2013 o IFMS *Campus* Ponta Porã iniciou suas atividades na sede definitiva, localizado no distrito de Sanga Puitã, distante 16km da região central de Ponta Porã, nas margens da BR 463, saída para Dourados. O distrito de Sanga Puitã, faz divisa com a cidade Paraguaia de Zanja Pytá, com uma população estimada de pouco mais de 3 mil moradores de acordo com o último censo do IBGE em 2010.

Atualmente o *campus* têm 1.323 estudantes matriculados nas diferentes modalidades de cursos ofertados, tanto presenciais quanto a distância (Plataforma Nilo Peçanha, 2020).

O *Campus* Ponta Porã (Figura 3) conta com uma área construída de 6.634,41 m², dividida em 04 blocos que abrigam 13 salas de aulas com capacidade para 45 estudantes cada. O *campus* conta com 16 laboratórios de várias áreas sendo química, física, biologia, solos, fitopatologia, sementes, 6 laboratórios de informática incluído robótica, laboratório de humanas, laboratório de alimentos, máquinas agrícolas e microbiologia. A instituição conta também com 33 salas para os setores administrativos como: salas para professores, secretaria, enfermaria entre outras. O *campus* conta com uma ampla biblioteca, uma cantina, uma quadra poliesportiva, um barracão agrícola, uma casa de vegetação, uma sala modular, um hotel tecnológico que abriga a empresa júnior, sala de matérias e um espaço de descanso par aos servidores.

O *Campus* Ponta Porã conta também com uma segunda unidade no município, a Fazenda Experimental unidade II. A utilização desse espaço de 170 hectares que têm como infraestrutura: um barracão agrícola, 3 salas de aula, 2 casas para

moradores. Essa área pertence à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, e está sob a responsabilidade do IFMS *Campus* Ponta Porã mediante contrato de comodato, válido por 5 anos, conforme publicação no diário oficial da união N° 224, de 20 de novembro de 2019. O *campus* vem recuperando as instalações da Unidade II, devido à área ter ficado abandonado por um tempo, teve uma invasão de sem-terra que destruíam as instalações o que não permite seu uso na totalidade.

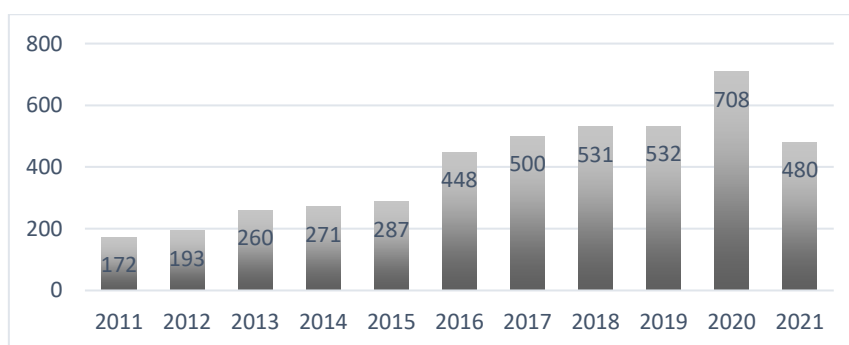
Figura 3 - Vista aérea do *Campus* Ponta Porã.



Fonte: Autoria própria.

O Instituto Federal ao longo desses dez anos de atividades no município de Ponta Porã, já ofertou 18 cursos em vários níveis e modalidades, ofertados na forma presencial e EAD no *campus* sede e também nos polos, perfazendo ao todo 68 ciclos de cursos ministrados. Já passaram pelo registro acadêmico do *Campus* Ponta Porã desde sua implantação no ano de 2011 até 2021 mais de 4.382 estudantes, conforme Gráfico 1, de acordo com informações extraídas do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) e Sistema Acadêmico (SIGA), matriculados em algum dos cursos ofertados. Dos 4.382 estudantes que tiveram a oportunidade de se capacitarem na instituição até o momento, 1.048 concluíram o curso, ou seja, pegaram o diploma ou certificado (SIGA, SISTEC, 2021).

Gráfico 1 - Evolução das matrículas no IFMS *Campus* Ponta Porã no período de 2011 a 2021.



Fonte: A partir das informações do SISTEC e SIGA do IFMS Ponta Porã 2021.

Dos 18 cursos ofertados pelo *campus*, a proposta da pesquisa é analisar os egressos de 5 deles, sendo os cursos Técnico Integrado de nível médio em Informática e Agricultura, subsequente nível médio em Agricultura, cursos superiores de Tecnologia em Gestão do Agronegócio e Bacharelado em Agronomia.

2.2.1 Curso Técnico Integrado em Agricultura de nível médio

O curso Técnico Integrado de nível médio em Agricultura iniciou em 2011 e até o ano de 2019 tinha duração de 3 anos e meio, desde 2019 o curso tem duração de 3 anos e, possui carga horária total de 3.335 horas. O *Campus* Ponta Porã oferece anualmente 80 vagas, 40 para o período matutino e 40 para o período vespertino. Considerando este cenário, e que no primeiro ano de funcionamento em 2011 foram oferecidas vagas apenas para o período matutino, o referido curso já absorveu 834 estudantes, tendo formado até o presente momento 143 estudantes (SISTEC/IFMS, 2021).

O projeto pedagógico do curso Técnico em Agricultura estabelece como um dos objetivos: Segundo o IFMS (2019) “Formar profissionais para atuar no mundo do trabalho globalizado, empreendedores, que sejam possuidores de um pensamento sistêmico, mais aberto, criativo e intuitivo, capazes de adaptarem-se às rápidas mudanças sociais e tecnológicas.

2.2.2 Curso Técnico Integrado em Informática de nível médio

O curso Técnico Integrado de nível médio em Informática também funciona desde 2011 e, até o ano de 2019 com duração de 3 anos e meio, desde 2019 o curso tem duração de 3 anos e possui carga horária total de 3.380 horas. O *Campus* Ponta Porã oferece anualmente 80 vagas, 40 para o período matutino e 40 para o período vespertino. Considerando este cenário e, que no primeiro ano de funcionamento em 2011 foram oferecidas 40 vagas, o referido curso já absorveu 839 estudantes, tendo formado até o presente momento 166 estudantes (SISTEC/IFMS, 2021).

O projeto pedagógico do curso Técnico em Informática sugere para atuação do egresso: Segundo o IFMS (2019) “O profissional egresso do Curso de Educação Profissional Técnica em Informática exerce as suas atribuições de forma genérica, podendo assim atuar no acompanhamento das diferentes atividades da computação e tecnologia da informação.

A seleção de estudantes para os cursos Técnicos Integrado ocorre através de edital específico, publicado todos os anos no site do IFMS na central de seleção, o pré-requisito para o ingresso no referido curso é a conclusão do ensino fundamental ou equivalente. O processo seletivo para distribuição das vagas normalmente ocorre através de provas seletivas (Vestibulinho) ou através de análise curricular, como ocorreu no ano de 2021. Para o referido curso tem-se ainda conforme previsão legal disposto na Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, no Decreto nº 7.824, de 11 de outubro 2012, na Portaria Normativa/MEC nº 18, de 11 de outubro 2012 e Portaria Normativa/MEC nº 9, de 5 de maio de 2017, reserva de 50% das vagas para candidatos de ação afirmativa (cotas).

2.2.3 Curso Técnico Subsequente em Agricultura

O curso Técnico subsequente de nível médio em Agricultura, funciona desde 2016 com duração de 2 anos e carga horária total de 1.320 horas. O *Campus* Ponta Porã oferece anualmente 40 vagas para o período noturno. Considerando este cenário o referido curso já absorveu 212 estudantes, tendo formado até o presente momento 55 estudantes (SISTEC/IFMS, 2021).

O projeto pedagógico do curso Técnico Subsequente em Agricultura estabelece como um dos objetivos: Segundo o IFMS (2016) “Formar cidadãos com preparação técnico-científica capazes de utilizar diferentes tecnologias relativas à agricultura, comprometidos com a busca pela autossustentabilidade dos diferentes arranjos produtivos locais, contribuindo com o desenvolvimento econômico regional.

A seleção de estudantes para o referido curso ocorre através de edital específico, publicado todos os anos no site do IFMS na central de seleção, o pré-requisito para o ingresso no curso é a conclusão do ensino médio ou equivalente. O processo seletivo para distribuição das vagas normalmente é por sorteio.

2.2.4 Curso superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio

O curso superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio é ofertado desde do 2º semestre de 2011. O curso tem duração de 3 anos e meio, com carga horaria de 2.790 horas, ofertado no período noturno. O *Campus* Ponta Porã até o ano de 2018 oferecia anualmente 80 vagas com duas entradas anuais, uma no 1º semestre e outra no 2º semestre. Porém, a partir de 2019 passou a ofertar apenas 40 vagas anuais, com entrada apenas no 1º semestre de cada ano. Considerando este cenário o referido curso já absorveu 632 estudantes, tendo formado até o presente momento 87 estudantes (SISTEC/IFMS, 2021).

O projeto pedagógico do curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio estabelece como um dos objetivos: Segundo o IFMS (2016) “Preparar profissionais com senso crítico e ético que viabilizem soluções profissionais competitivas para o desenvolvimento de negócios na agropecuária, com domínio dos processos de gestão e das cadeias produtivas do setor.

A forma de ingresso no referido curso pode ocorrer de duas formas, a primeira e mais comum é através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), que seleciona estudantes através das notas obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), para esta modalidade são oferecidas atualmente 40 vagas. A segunda forma é através de edital de Transferência Interna, Externa e Portador de Diploma, nesta modalidade normalmente são oferecidas de cinco a dez vagas para cada modalidade, os estudantes matriculados em cursos superiores em instituições públicas e privadas e do próprio IFMS tem a oportunidade de ingressar no curso superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio, assim como aqueles que já são formandos, através da modalidade Portador de Diploma.

2.2.5 Curso superior Bacharelado em Agronomia

O curso superior de Bacharelado em Agronomia passou a ser ofertado no ano de 2015, o *Campus* Ponta Porã oferta anualmente 40 vagas com uma entrada no início de cada ano. O curso tem duração de 5 anos, com carga horaria de 4.485 horas. Considerando este cenário o referido curso já absorveu 317 estudantes, tendo formado até o presente momento 33 estudantes (SISTEC/IFMS, 2021).

O projeto pedagógico do curso de Agronomia indica como perfil do egresso que:

O Engenheiro Agrônomo formado pelo IFMS Campus de Ponta Porã deverá ser um profissional com perfil eclético e amplo, com base em sólida formação científica e técnica, sendo capaz de atender às diversas demandas da sociedade. (IFMS, 2018, p. 17).

A forma de ingresso no referido curso também ocorre de duas formas, a primeira e mais comum é através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), que seleciona estudantes através das notas obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), para esta modalidade são oferecidas atualmente 40 vagas. A segunda forma é através de edital de Transferência Interna, Externa e Portador de Diploma para esta modalidade normalmente são oferecidas de cinco a dez vagas para cada modalidade e segue o mesmo formato que já foi constatado para o curso superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio.

2.2.6 O IFMS *Campus* Ponta Porã na comunidade

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) *Campus* Ponta Porã realiza alguns eventos abertos ao público, que permitem que a instituição se aproxime e se insira na comunidade, levando informações, conhecimentos e cultura para os moradores de Ponta Porã e região.

Entre os eventos promovidos pelo IFMS, tem-se a Feira de Ciências e Tecnologia da Fronteira de Ponta Porã – FECIFRON. A FECIFRON é realizada todos os anos pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) *Campus* Ponta Porã desde de 2013 e compõe uma ação da instituição dentro da Semana de Ciência e Tecnologia (SC&T). E tem como objetivo

promover o desenvolvimento da criatividade e da capacidade inventiva e investigativa dos discentes nos níveis fundamental, médio e da educação profissional de nível técnico, visando a promoção da pesquisa em todas as áreas do conhecimento da ciência e tecnologia, nas escolas das redes pública e privada do município de Ponta Porã. Durante a FECIFRON ocorrem apresentações e exposição de trabalhos, pesquisas e projetos de diversas áreas do conhecimento. Concomitante, ocorrem também oficinas a estudantes e professores direcionadas a diversas áreas do conhecimento alinhadas à temática da semana anual da Ciência e Tecnologia.

A feira movimentou todo o município, com excursão de escolas convidadas que trazem seus estudantes para prestigiar e ter contato com pesquisas dos mais variados temas na média 100 artigos são expostos por ano. Cerca de 3 mil pessoas prestigiam a feira todos os anos.

O Festival de Arte e Cultura da Fronteira – Facfron é outro evento realizado pelo IFMS *Campus* Ponta Porã desde de 2016, como foco nas expressões artísticas e culturais da fronteira do Brasil com o Paraguai, principalmente pelo multiculturalismo fronteiriço das cidades gêmeas de Ponta Porã no Brasil e Pedro Juan Caballero capital do departamento de Amambay, no Paraguai. O festival explora a riqueza da diversidade linguística, cultural, gastronômica sendo o Festival um espaço para essas manifestações. O evento proporciona uma viagem intercultural que envolve não somente as culturas do Brasil e do Paraguai, mas de todos os povos que vivem nesta região de fronteira e colaboram para esta amplitude cultural.

O Festival é uma oportunidade para que a comunidade interna e externa do IFMS possa demonstrar seus talentos nas artes, nas cênicas, audiovisual, música, literatura, artes visuais e na dança. O evento conta com auxílio financeiro do IFMS por meio do Programa Institucional de Incentivo ao Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação (Piepi). Cerca de 2 mil pessoas prestigiam a feira todos os anos.

O IFMS *Campus* Ponta Porã realiza também Dia de Campo, que é uma oportunidade, para que os estudantes e professores possam apresentar seus projetos em diversas áreas ligadas ao agronegócio, desde a implantação de uma nova tecnologia como também o melhoramento e adequação de processos já existentes. É uma oportunidade que a instituição tem para ampliar sua relação com a comunidade e o mercado. A partir disso e por meio dos cursos técnicos e de graduação, promover ações que envolva os estudantes, professores, produtores e empresas em movimentações para geração de conhecimento. Permitindo com que os estudantes e professores possam ter contato com o que existe no mercado, e as rodas de conversa contribuem para que empresas e produtores relatem suas experiências. E da mesma forma, as empresas e os produtores têm a oportunidade de ver o que a academia está produzindo.

O primeiro dia de campo do IFMS *Campus* Ponta Porã aconteceu em 2017 e atraiu empresas e produtores da região, cerca de 300 pessoas prestigiam o evento todos os anos. As informações relacionadas aos eventos foram extraídas do site institucional do IFMS e das redes sociais do *campus* Facebook e Instagram.

2.3 População e amostra

A partir das informações obtidas no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC, Sistema Acadêmico-SIGA, Sistema Unificado de Administração Pública-SUAP, Site Institucional do IFMS em relação ao número de estudantes, egressos, servidores, colaboradores terceirizados.

Em relação aos egressos, o universo deste público é de 1.048 pessoas, porém a população a ser pesquisada neste trabalho será de 484 egressos de cinco cursos. Para o levantamento de dados, aplicou-se questionário para 120 egressos do IFMS *Campus* Ponta Porã, sendo: vinte para o curso Técnico Integrado em Informática, vinte para curso Técnico em Agricultura, dez para o curso Subsequente em Agricultura, sessenta para curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio e dez do curso de Bacharelado em Agronomia. A definição do número de questionário aplicado levou em conta a facilidade de contato com os egressos.

2.4 Coleta de dados

A coleta dos dados foi realizada através de questionários semiestruturado encaminhado para os participantes. Segundo Gil (2007), questionário é o conjunto de questões que são respondidas por escrito pelos sujeitos pesquisados, o que corrobora com Creswell (2010) sobre pesquisa qualitativa, na qual o método de coleta de dados é por meio de perguntas abertas e fechadas, utilizando umas das ferramentas de interrogação que pode ser questionário.

Dessa forma, foi elaborado questionário semiestruturado com perguntas variadas, abertas e fechadas, sendo: um questionário para os estudantes egressos do IFMS Campus Ponta Porã. No questionário aplicado aos egressos, abordou-se temas como renda, idade, área de atuação profissional entre outras, das vinte e sete perguntas, vinte foram de múltipla escolha e sete abertas.

Os questionários foram encaminhados através do Google Forms no e-mail e WhatsApp dos participantes da pesquisa. Os e-mails dos estudantes foram abstraídos através do Sistema Acadêmico – SIGA, que é o sistema que gerencia os dados dos estudantes do IFMS e que contém todas as informações dos discentes. Os egressos dos cursos superiores Gestão do Agronegócio e Agronomia possuem um grupo de WhatsApp com a maioria dos egressos o que facilitou o encaminhamento do questionário para este público. Para obter acesso às informações da instituição, obteve-se autorização da Reitora do IFMS, bem como do Diretor Geral do *Campus* Ponta Porã, por meio da Decisão da REITORIA N°370/2019 - RT/IFMS.

A análise dos dados foi feita através da técnica de análise de conteúdo, que é definido por Bardin (2011) “Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens”.

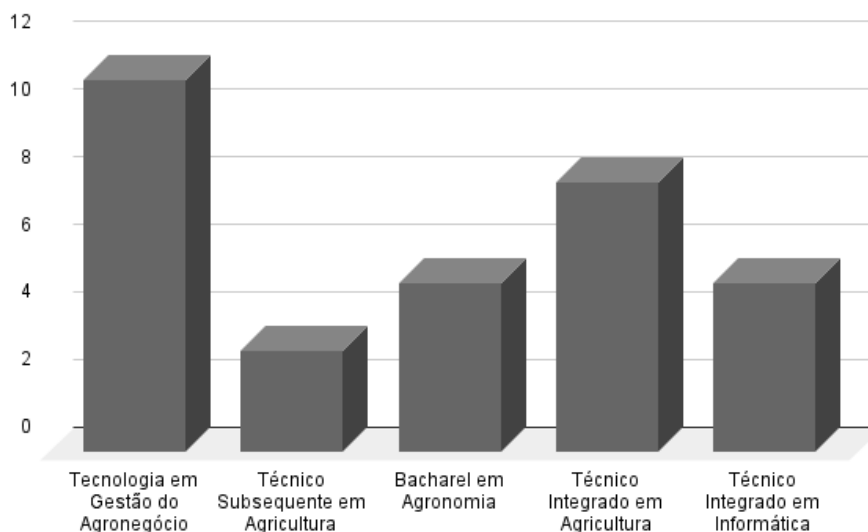
A análise de conteúdo está dividida em três etapas, sendo a primeira a pré-análise. Nessa etapa, ocorre a organização do material que será analisado com o objetivo de torná-lo operacional, no nosso caso além de documentos, artigos, leis utilizaremos para coleta de dados a aplicação de questionário. A segunda fase compreende a exploração do material, entendido como ponto crucial da análise de conteúdo, etapa importante, porque vai possibilitar ou não a riqueza das interpretações e inferências. E por fim, a terceira fase que consiste no tratamento dos resultados, inferência e interpretação, onde os resultados são tratados de modo a terem significados e validados (Bardin, 2011).

3. Resultados e Discussão

As discussões dos resultados obtidos iniciam com os questionamentos sobre a inserção dos egressos no mercado de trabalho, se a formação deles corresponde às necessidades dos setores produtivos e dos arranjos produtivos da área de formação; se estão inseridos em atividades relacionadas à sua área de formação; assim como sobre quais percepções destes egressos podem ser diagnosticadas no sentido de melhor orientar a atuação do IFMS *Campus* Ponta Porã.

Apresenta-se a seguir os resultados dos questionários aplicados aos egressos do IFMS *Campus* Ponta Porã. Dos 120 questionários aplicados para os egressos do IFMS *Campus* Ponta Porã, apenas 32 responderam, conforme gráfico 2. Dos vinte questionários encaminhados para os egressos do curso Técnico Integrado em Informática cinco responderam sendo 15,6% do total de respondentes, dos vinte aplicados ao curso Técnico em Agricultura oito responderam totalizando 25% do total de respondentes. Do curso Subsequente em Agricultura tivemos retorno de três questionário dos dez aplicados que representa 9,4% do total de respondentes, dos sessenta questionários aplicados para curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio tivemos o retorno de onze totalizando 34,4% dos respondentes e dos dez questionários encaminhados para os egressos do curso de Bacharelado em Agronomia tivemos o retorno de cinco sendo 15,6% do total de respondentes. No geral, obteve-se retorno de todos os egressos dos cursos nos quais os questionários foram aplicados.

Gráfico 2 – Quantidade de respondentes por curso.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A definição do tamanho da amostra em uma pesquisa é sempre um dilema para todo pesquisador. É certo, que grandes amostras são mais confiáveis do que pequenas, mas não é necessário tomar como amostra todos os sujeitos alvo da pesquisa ou uma grande parcela para obter resultados possíveis de aferição, no nosso caso a nossa amostra definida foi de 120 egressos do *Campus* Ponta Porã, de um universo de 1.944, porém tivemos retorno de apenas 26,66% da amostra selecionada. Segundo (Kotler, 2007, p.94) “Se bem escolhidas, amostras de menos de 1% da população podem oferecer resultados confiáveis”.

A população pode ser pesquisada de duas formas, por censo ou por amostra. O censo é a pesquisa que abrange todos os sujeitos da população selecionada para a pesquisa. Amostra diz respeito a um subconjunto da população, fração ou uma parte do grupo. Não há dúvida de que uma amostra não representa perfeitamente a totalidade da população, mas é possível inferir padrões de comportamento de uma pequena amostra da população pesquisada (Crocco, 2006).

Outro fator relevante na pesquisa é que nem sempre pesquisadores trabalham com tempo, energia e recursos econômicos suficientes para realizar um trabalho. E tem-se também o fator disposição dos sujeitos para participar das pesquisas, outro problema que os pesquisadores enfrentam, nem todo mundo está disposto a responder um questionário ou a fazer uma entrevista. Sendo raras as vezes em que é possível trabalhar com todos os elementos da população. O que força o pesquisador a estudar um pequeno grupo de indivíduos, retirados da população desejada, este grupo denomina-se amostra (Levin, 1987).

A partir das respostas dos egressos do IFMS de Ponta Porã conforme tabela 2, observou-se que eles são de vários lugares do Brasil e podemos dizer do mundo. Da região de abrangência do IFMS *Campus* Ponta Porã, Região Sul-Fronteira que contempla 9 municípios, apenas os municípios de Amambai e Ponta Porã estão representados nesta amostra de egressos.

Tabela 2 - Origem dos egressos.

ORIGEM DOS EGRESSOS	CIDADE	NÚMERO DE EGRESSOS	CURSO	
Bahia	Oliveira dos Brejinhos	1	Tecnologia em Gestão do Agronegócio	
	Amambai	1	Bacharelado em Agronomia	
Mato Grosso do Sul	Ivinhema	1	Técnico Integrado em Agricultura	
	Bandeirantes	1	Tecnologia em Gestão do Agronegócio	
	Bela Vista	1	Tecnologia em Gestão do Agronegócio	
	Campo Grande		1	Bacharelado em Agronomia
			2	Técnico Integrado em Informática
			1	Técnico Integrado em Agricultura
			1	Tecnologia em Gestão do Agronegócio
	Dourados	1	Tecnologia em Gestão do Agronegócio	
	Glória de Dourados	1	Técnico Subsequente em Agricultura	
	Naviraí	1	Tecnologia em Gestão do Agronegócio	
	Ponta Porã		2	Técnico Integrado em Agricultura
			2	Bacharelado em Agronomia
		3	Técnico Integrado em Informática	
		2	Técnico Subsequente em Agricultura	
		5	Tecnologia em Gestão do Agronegócio	
São Paulo	Ilha Solteira	1	Técnico Integrado em Agricultura	
	Limeira	1	Bacharelado em Agronomia	
Paraguai	Assunção	1	Técnico Integrado em Agricultura	
	Pedro Juan Caballero	1	Técnico Integrado em Agricultura	
Taiwan	Taichung	1	Tecnologia em Gestão do Agronegócio	

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A interação entre diferentes culturas pode contribuir para que as pessoas ou grupos sociais modifiquem seu prisma de compreensão a partir de suas diferenças, assumindo novos pontos de vista e diferentes lógicas de interpretação da realidade social. Considerando que os egressos do *Campus* Ponta Porã são de diferentes regiões e lugares do país e do mundo, mostra que a instituição pode aproveitar essa mistura para potencializar o aprendizado de seus estudantes. Dessa forma, a ênfase não pode ser na barreira que isola e serve de fortalecimento de uma cultura, mas na possibilidade de criar pontes entre as diversas culturas para multiplicar-se, sendo a escola um ambiente excelente para que ocorra essa sociabilização (Dietz & Cortés, 2011; Rebolledo, 2009).

Sobre a importância do multiculturalismo e considerando que o IFMS *Campus* Ponta Porã tem estudantes brasileiros de origem estrangeira conforme podemos observar na tabela 2, fator que abre possibilidades na qual a Instituição vem trabalhando, no que se refere a internacionalização. Atualmente, a temática da internacionalização da educação já faz parte do cotidiano da instituição, mesmo que muitas vezes de forma não perceptível, caso que já ocorre no *Campus* Ponta Porã, com a presença de estudantes de origem estrangeira, favorecida principalmente pela localização desse polo do instituto em uma região de fronteira. Este é um indicativo da importância, da internacionalização que está descrita no PDI 2019/2023 do IFMS como uma estratégia de gestão, que tem por objetivo macro a inserção do Instituto em um contexto global de educação (SCHIEDECK, 2019) (IFMS/PDI, 2019/2023).

Nesse sentido, em relação a internacionalização do IFMS *Campus* Ponta Porã, a gestão que assumiu a administração desse polo de ensino no quadriênio 2019/2023 tem como um dos objetivos trabalhar e aprofundar este processo. E, através da Feira de Ciências e Tecnologia da Fronteira de Ponta Porã – FECIFRON, assinou em fevereiro de 2021 um convênio de cooperação internacional com a Red de Competencias Científicas e Innovación Tecnológica – RED COCITEC-PY do Paraguai, este convênio tem como objetivo unir esforços e proporcionar cooperação interinstitucional entre as duas instituições nas áreas acadêmicas, científica e técnica. Um planejamento estratégico que incorpora o processo de internacionalização na rotina e nas

ações da instituição, com o objetivo de ampliar as possibilidades de formação dos estudantes no sentido de garantir a formação necessária para que eles se insiram nas exigências de um mundo cada vez mais globalizado, mas também vinculado ao desenvolvimento regional e nacional (Schiedeck, 2019).

Para a efetivação do processo de internacionalização, existem algumas dificuldades burocráticas a serem superadas, entre elas o registro de atividades acadêmicas de pesquisa ou intercâmbio, principalmente no que se refere às normativas que regem a incorporação de estrangeiros nos protocolos institucionais. Outro desafio que se apresenta é de sensibilizar a comunidade acadêmica da instituição, da relevância e das oportunidades que a internacionalização possibilita para estudantes e servidores (Schiedeck, 2019).

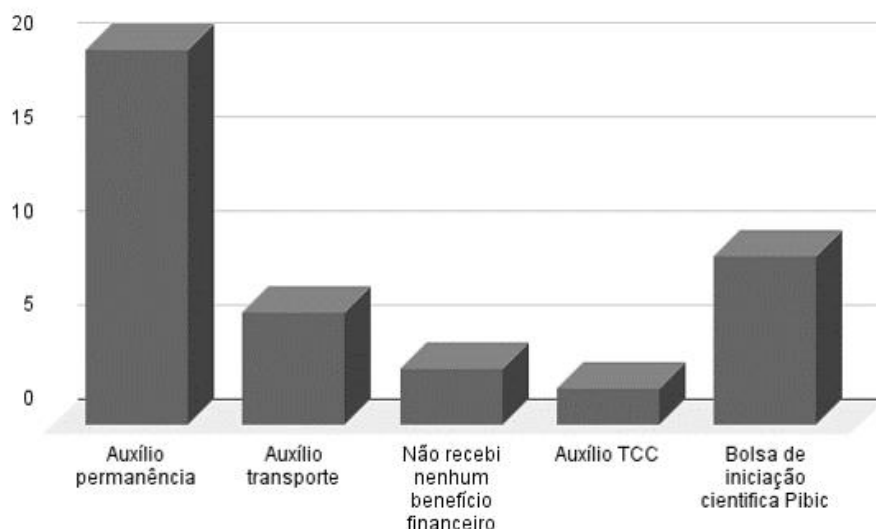
A Política de Assistência Estudantil é outra grande preocupação do Instituto Federal, que atua fortemente na permanência e êxito dos estudantes e para efetivar esta ação, várias estratégias e políticas são utilizadas pela escola. O IFMS tem o Programa de Assistência Estudantil-PAES, que tem como objetivos oferecer atendimento técnico e auxílios aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para a permanência do estudante na instituição, o que pode resultar na prevenção da evasão por razões de ordem socioeconômicas. Ao observarmos o ponto de vista do desenvolvimento econômico e social, a oferta de auxílios pecuniários pode contribuir para permanência, mas não deve ser o único recurso da instituição para atacar o problema da permanência e do êxito dos estudantes (IFMS/PDI, 2019/2023; Dumaresq, 2014).

A Política de Assistência Estudantil foi sancionada no ano de 2010 pelo decreto nº7.234/2010 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Com suas ações o PNAES atende estudantes de universidades federais e dos institutos federais do país.

Parágrafo único: as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (PNAES, 2010).

Dos egressos que responderam os questionários apenas três deles não receberam ajuda financeira do IFMS, os demais de uma forma ou outra foram atingidos pela política de assistência estudantil da instituição conforme gráfico 3. Como parte das políticas de assistência estudantil e de apoio à permanência dos estudantes, o IFMS concede normalmente cinco tipos de auxílio pecuniário, visando fortalecer a continuidade destes e a conclusão da formação técnica. Desta forma, é possível garantir a possibilidade de acesso e de prosseguimento na instituição, possibilitando a conclusão do curso. Com essa finalidade, o IFMS oferta o Auxílio Permanência, o Auxílio Alimentação, o Auxílio Transporte, o Auxílio Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, o Auxílio Monitoria, dentre outros (Cavalcanti & Rasoto, 2008).

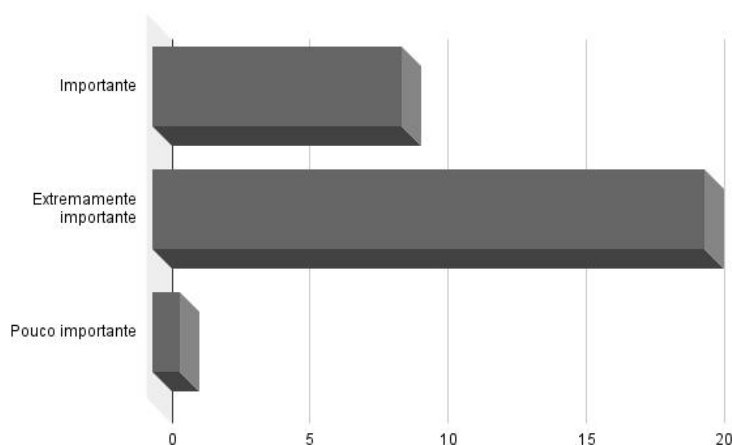
Gráfico 3 - Política de Assistência Estudantil do IFMS.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Observa-se que a grande maioria dos egressos do *Campus* Ponta Porã que responderam o questionário da pesquisa, 66,7% consideram extremamente importante a ajuda financeira recebida da instituição, por meio da política de Assistência Estudantil, para que pudessem concluir o curso de acordo com o gráfico 4. As políticas de assistência estudantil na educação básica e superior têm a finalidade de destinar recursos para que os estudantes possam permanecer nas instituições de ensino e concluir seus estudos de modo eficaz. É importante refletir também que as políticas de assistência estudantis não devem ser voltadas somente para as questões de ordem econômica, como auxílio financeiro, mas também de ordem pedagógicas e psicológicas (Costa, 2011).

Gráfico 4 - Relevância da política de Assistência Estudantil do IFMS.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Porém a permanência escolar dos estudantes, principalmente os de baixa renda, tem relação com os programas e ações de assistência estudantis que podem ser compreendidas como promoção da participação qualitativa dos estudantes no ambiente escolar, destacam-se os programas que preveem suporte financeiro ou apoio econômico para gastos relativos ao transporte escolar, à moradia, à saúde e à alimentação a permanência de forma geral. Lembrando, que para a classe menos favorecida não é fácil alongar o tempo de estudo, pois um tempo maior de estudos representa aumento na despesa financeiras das famílias de

baixa renda, e elas não estão preparadas para aguentar os custos de um tempo maior de estudo, o que reforça a importância da política de assistência estudantil do Instituto Federal e principalmente o volume de recursos pagos pelo *Campus Ponta Porã* (Fernandes, 2012; Nogueira & Nogueira, 2009).

O IFMS divulga em seu site institucional na página denominada IFMS em números, uma ferramenta desenvolvida a partir da tecnologia *business intelligence*, que permite o acompanhamento do orçamento institucional de todos os *campi* e de Reitoria do IFMS diariamente por qualquer cidadão. Com base nas informações contidas nessa ferramenta, realizou-se um levantamento conforme tabela 3, para saber qual o valor que o IFMS Ponta Porã já pagou em auxílios, para seus estudantes e quantas bolsas foram oferecidas, as informações disponíveis sobre os gastos com assistência estudantil do *campus* começam a partir do ano de 2013. De 2013 até o primeiro semestre de 2021, a instituição pontaporanense ofertou 5.042 bolsas e pagou um valor total de R\$3.667.074,52, os auxílios são pagos em parcelas que podem ser cota única ou em até dez parcelas dependendo do Programa de Assistência Estudantil da instituição e de orçamentos financeiro destinado para esta política, o ano de 2019 foi ano que teve o maior valor gastos com bolsas da assistência estudantil.

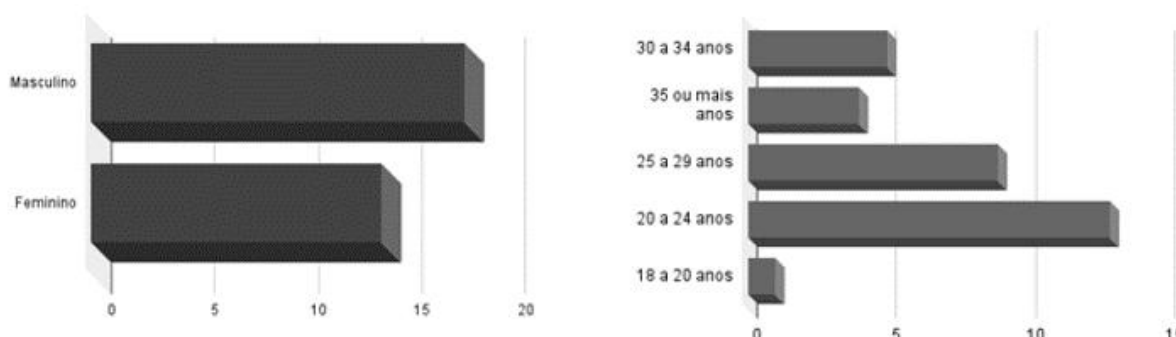
Tabela 3 - Orçamento gasto com a política de Assistência Estudantil no IFMS *Campus Ponta Porã*.

ANO	VALOR	QUANTIDADE DE BOLSAS OFERTADAS	VALOR MÉDIO PAGO POR BOLSA
2013	R\$ 165.330,00	325	R\$ 508,71
2014	R\$ 495.942,59	359	R\$ 1.381,46
2015	R\$ 291.560,88	512	R\$ 569,45
2016	R\$ 408.833,82	438	R\$ 933,41
2017	R\$ 530.789,77	827	R\$ 641,83
2018	R\$ 499.317,78	709	R\$ 704,26
2019	R\$ 571.362,78	592	R\$ 965,14
2020	R\$ 488.225,00	595	R\$ 820,55
2021	R\$ 215.711,90	685	R\$ 314,91
TOTAL	R\$ 3.667.074,52	5.042	R\$ 727,31

Fonte: IFMS em Números.

Em relação ao sexo dos egressos, pode-se observar no Gráfico 5 que não há uma discrepância entre homens e mulheres; já em relação à idade, a grande maioria está na faixa de 20 a 24 anos.

Gráfico 5 - Sexo e idade dos egressos.

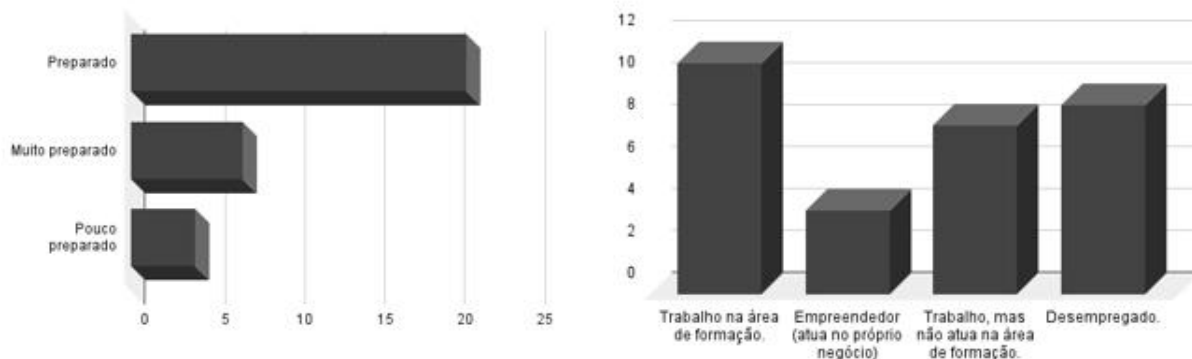


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em relação a formação recebida no IFMS *Campus Ponta Porã*, 65,6% sente-se muito preparados para o mercado de trabalho conforme gráfico 6. E entre os que responderam os questionários, 34,4% estão atuando na área de formação. Estão desempregados 28,1% dos egressos e estão atuando na fora da área de formação 25% dos egressos. O Conselho Nacional da

Indústria - CNI (2014), através de pesquisa demonstra que quem faz curso de educação profissional tem mais oportunidades no mercado de trabalho do que os que não fazem curso.

Gráfico 6 - Atuação profissional dos egressos.

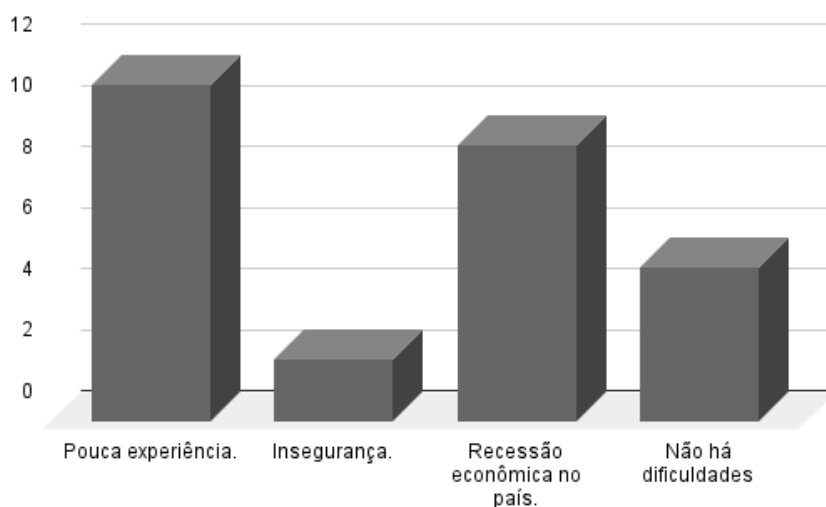


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A relação entre educação e trabalho pode ser entendida a partir de duas perspectivas: a de que não há relação entre os dois termos e a de que, ao contrário, ela vem se estreitando em decorrência do reconhecimento de que a educação, ao qualificar os trabalhadores, pode vir a contribuir para o desenvolvimento regional e econômico. Neste sentido, o ensino técnico de nível médio e o ensino superior são colocados em pauta quando a questão é reestruturação produtiva e, sua relação com o mercado de trabalho tornando quase impossível ignorar a confluência entre as organizações educacionais, as empresas e a comunidade (Dowbor, 1996; Saviani, 1994).

Quando o tema são as dificuldades que os egressos enfrentam para atuarem na profissão 40% apontaram a pouca experiência como um dos fatores de dificuldades, dados do Gráfico 7. O que pode ser um indicativo da importância do estágio supervisionado na inserção no mundo do trabalho.

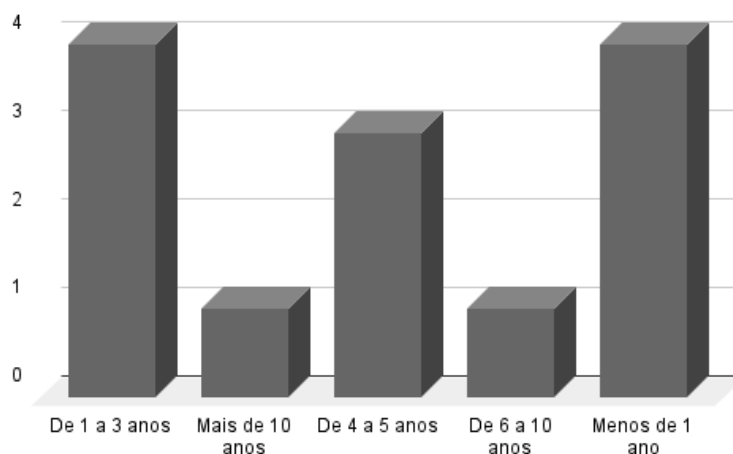
Gráfico 7 - Dificuldades no exercício da profissão.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Dos que disseram que estão atuando na área de formação, 30,8% trabalham há menos de um ano na profissão e 7,7% atuam há mais de 10 anos na área de formação, Gráfico 8, o que demonstra que este último procurou o IFMS para capacitação na área de atuação.

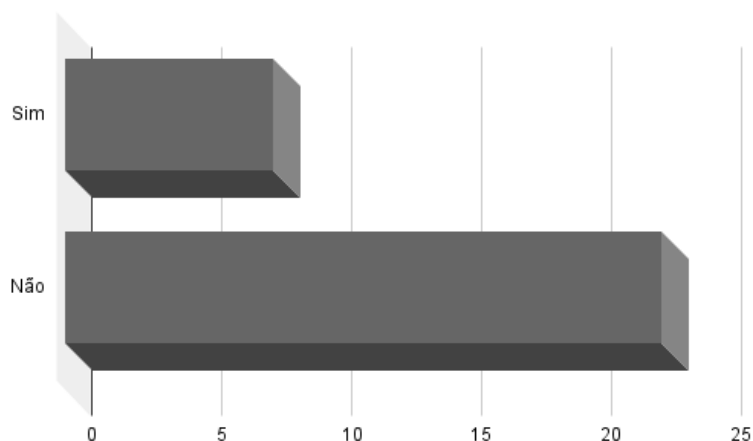
Gráfico 8 - Tempo de atuação na área de formação dos egressos.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Quanto ao cumprimento do disposto na lei de criação dos Institutos Federais que define entre as várias finalidades, que os IFs devem orientar a oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos no âmbito de sua atuação. Considerando que 74,2% dos egressos passaram a atuar na área de formação após a conclusão do curso de acordo com o gráfico 9, pode-se dizer que o IFMS *Campus* Ponta Porã vem cumprindo este papel.

Gráfico 9 - Atuação na área de formação antes de concluir o curso.

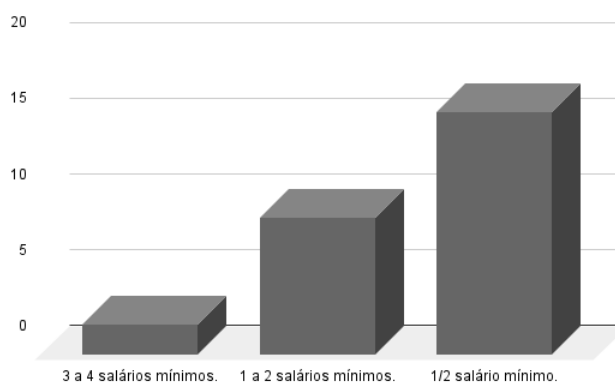


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

As políticas públicas de investimentos em educação podem gerar uma série de externalidades positivas, além dos efeitos sobre renda e produtividade. O aumento da taxa de escolaridade está relacionado com a redução da criminalidade, melhoria de condições de saúde, aumento de consciência política e redução das distâncias sociais entre indivíduos. Dessa forma, os retornos sociais da educação transcendem os individuais (Arbache, 2003).

Segundo Schultz (1963) *apud* ZIMMER (2011), em sua Teoria do Capital Humano, a educação é definida como um investimento e suas consequências como uma forma de capital. Barbosa Filho e Pessoa (2008) realizaram análise calculando a taxa de retorno da educação no Brasil por meio da Taxa Interna de Retorno (TIR). Notou-se que as taxas de retorno da educação são extremamente elevadas no Brasil. Com essas melhorias na renda e na redução da pobreza e da desigualdade, também é possível observar um avanço no consumo da classe popular no Brasil. Em relação à renda dos egressos, antes da formação no IFMS, 59,3% recebiam até ½ salário mínimo e apenas 7,4% recebiam entre 3 e 4 salários mínimos conforme Gráfico 10.

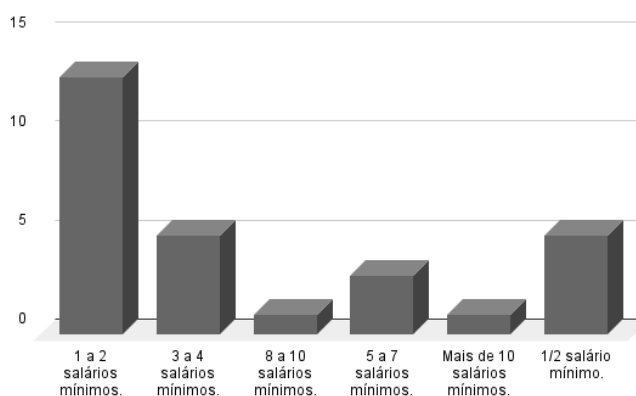
Gráfico 10 - Renda antes da formação no IFMS.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Após a formação, houve alterações na renda média dos egressos, se antes da formação 7,4% recebiam entre 3 e 4 salários mínimos, após a formação este percentual saltou para 17,9%. E 10,7% passaram a ganhar de 5 a 7 salários mínimos dados do gráfico 11. Este fato comprova que a qualificação proporciona aumento na renda dos indivíduos. Este aumento da renda dos egressos é corroborado pela PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua realizada pelo IBGE em 2018, que indica que para cada ano de estudo, o brasileiro ganha um aumento médio de 15% no salário, sendo o nível de instrução um dos fatores determinantes para o aumento da renda dos brasileiros.

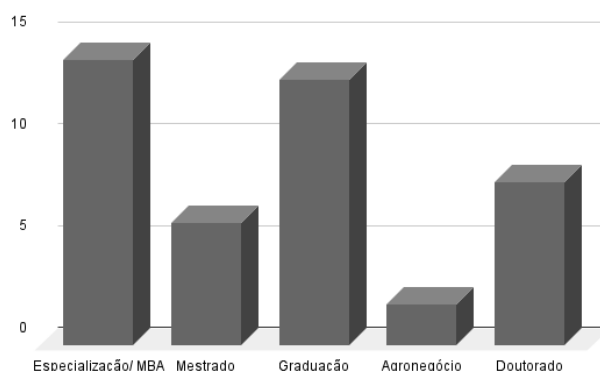
Gráfico 11 - Renda depois de formado no IFMS.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

De forma geral os egressos têm intenção de continuar estudando, sendo que a maioria que responderam o questionário 45,2% querem fazer uma especialização em MBA, conforme análise do Gráfico 12.

Gráfico 12 - Intenção dos egressos em continuar estudando.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Quando se pergunta para os egressos se eles tiveram alguma dificuldade em estudar no IFMS *Campus* Ponta Porã, observa-se que a palavra que mais se destaca na árvore de frequência, conforme Figura 4, é a distância, fator que pode ser atribuído a localização do *campus*.

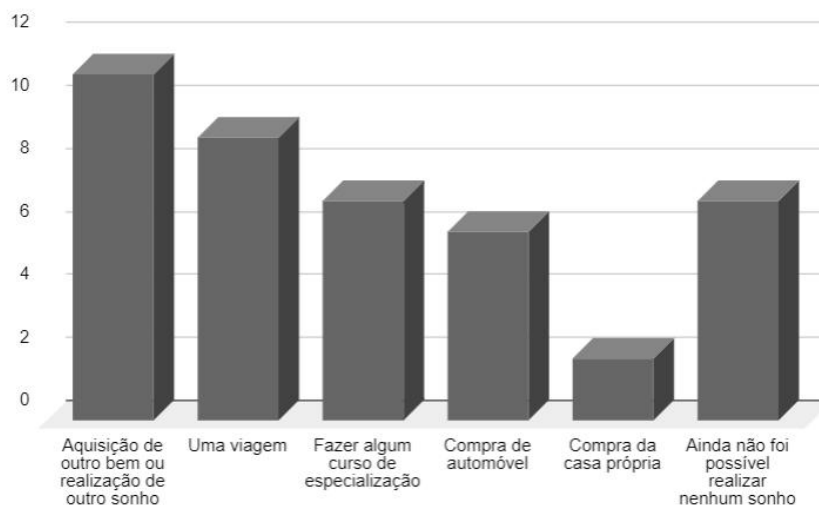
Figura 4 - Árvore das palavras com maior frequência, quando a pergunta é sobre a dificuldade de estudar no IFMS *Campus* Ponta Porã.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O desenvolvimento é tratado como liberdade na abordagem de Sen (2000) em sua teoria que estuda as relações sociais, as ações e resultados provocados nos indivíduos, sendo o que se observa nesse caso, uma vez que os indivíduos aqui pesquisados por meio da educação alcançaram de certa forma desenvolvimento vinculado à liberdade com a realização de sonhos e conquistas. Nesse sentido quando abordamos as conquistas pessoais, 36,7% dos egressos atribuem a compra de algum bem ou outro sonho à formação recebida no IFMS *Campus* Ponta Porã. Para 23,3% dos que responderam ainda não foi possível realizar nenhum sonho. As conquistas dos egressos podem estar relacionadas ao aumento da renda após a formação, segundo o Gráfico 13.

Gráfico 13 - Sonho realizado após a formação no IFMS.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

4. Considerações Finais

É de fundamental importância que os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia promovam o desenvolvimento territorial, por meio de soluções educacionais que abranjam o ensino, a pesquisa e a extensão, permitindo o acesso gratuito e de qualidade à educação profissional e tecnológica em todas as regiões do Brasil. Dessa forma, estará rompendo barreiras para que se efetive uma aprendizagem eficaz e promovendo o desenvolvimento local e regional, quando se atende os arranjos produtivos locais.

Neste sentido pode-se afirmar que o *Campus* Ponta Porã vem atendendo os arranjos produtivos locais, com a qualificação de pessoas e a inserção delas no mercado de trabalho, não somente formando pessoas para atender a visão empresarial, utilitarista e instrumental, restrita às demandas de produtividade e rentabilidade do capital, mas também quando forma pessoas, a instituição compromete-se com a qualificação para o trabalho articulada a uma visão crítica, humanista e holística. Ou seja, o Instituto não é somente um qualificador de mão de obra para as empresas, mas também tem despertado nas pessoas o interesse em continuar seus estudos, a formação de lideranças políticas, podendo atribuir uma educação articulada a uma visão crítica, humanista (Coelho, 2008).

A atuação do Instituto na área de abrangência ainda carece de aproximação com os municípios da região, uma vez que da amostra de egresso pesquisada, apenas 3 dos 9 municípios estão representados. Este é um desafio que pode ter relação com a rotatividade dos servidores, o que dificulta o andamento em projetos e parcerias e até no desconhecimento da área de atuação do Instituto no município por parte dos servidores.

A aproximação com a comunidade por meio dos eventos que a instituição já promove pode ser um começo, como as feiras e o Dia de Campo, que são excelentes oportunidades para que os municípios vizinhos conheçam a estrutura e saibam dos cursos ofertados, formas de ingressos, possibilidades de auxílio financeiro para se manter na instituição. Uma ação importante do IFMS direcionada para quem quer concorrer a um dos cursos superiores é a Resolução do Conselho Superior – COSUP n° 023 de 14/05/2015, que consiste em oferecer aos candidatos um bônus de 20% a mais na nota do ENEM para os candidatos que são residentes e domiciliares na área de abrangência do *campus*.

O investimento aportado pelo governo através do IFMS no município também é outro fator importante, considerando quase 30 milhões de reais investidos em 10 anos de atuação do Instituto no município, para que o *campus* tenha condições de oferta educação pública de qualidade de gratuita.

A implantação da Rede Federal no Mato Grosso do Sul, 95 anos depois da instalação da primeira escola técnica federal, é um fato que chama atenção, sendo uma das instituições mais nova da Rede. É certo que o IFMS tem muito a desenvolver e com seus *campi* não é diferente a relação com as comunidades, a busca por aproximação com os municípios da área de abrangência são desafios que devem ser enfrentados. A questão da internacionalização da instituição é outro ponto importante principalmente para os *campi* de fronteira, que é o caso do *campus* Ponta Porã onde, de uma forma ou de outra, a internacionalização já ocorre com a presença de brasileiros de origem estrangeiras na instituição principalmente por conta da localização do IFMS Ponta Porã estar em uma área de fronteira seca.

Conforme Araújo et al. (2019), no Brasil, com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a qual tem levado uma educação profissional de mais qualidade a diversos municípios brasileiros, pode-se observar alguns avanços mais significativos em busca de uma estrutura que busca permitir a todas as pessoas, independentemente da classe social, um efetivo acesso ao ensino científico, tecnológico, além da formação humanística.

De modo geral, é possível dizer que o IFMS *Campus* Ponta Porã vem cumprindo o que está previsto na lei de criação dos Institutos, mas é importante enfatizar que é necessário um pacto para o desenvolvimento, em que todos os agentes responsáveis pelo território, dentre eles os governos municipal e estadual, os empresários locais, bancos comerciais e de desenvolvimentos, instituições de pesquisa, cooperativas, associações, dentre outros, estejam unidos em prol da redução das desigualdades. Assim, considera-se que somente um agente, neste caso o Instituto Federal, não é suficiente para induzir o desenvolvimento local e regional.

Para trabalhos futuros, considerando a abordagem que realizamos sobre a internacionalização do Instituto Federal *Campus* Ponta Porã, sugerimos um aprofundamento neste tema, levando em conta a região de fronteira e também os eventos e parcerias que a instituição vem realizando com instituições paraguaias.

Referências

- Andrade, A. M., Rocha, A. B. A. Y., Santos, B. C., Marques, F. L., Neres, M. M. (2021). A importância dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no desenvolvimento socioeconômico dos municípios do estado de São Paulo. *Revista Científica Multidisciplinar*. 2(7). <https://www.recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/503/439>.
- Araujo, E. R; Florambel, H. C. A. V; Jucá, S. C. S; Silva, S. A (2019). Avanços da Educação Profissional no Brasil e sua subordinação histórica ao sistema capitalista. *Research, Society and Development*. 8(8). 1-17. 10.33448.
- Arbache, J. S. (2003). “Pobreza e mercados no Brasil” em *Pobreza e Mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas*, Brasília, cepal: escritório no Brasil & Department for International Development.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Barquero, A. V. (2001). *Desenvolvimento Endógeno em tempos de globalização*. Tradução: Ricardo Brinco. Fundação de Economia e Estatística.
- Brasil. (2019). Tribunal de Contas da União - TCU. Acórdão nº 2.252/2015. Plenário. Relator: Ministro Augusto Nardes. Sessão de 09/09/2015. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília, DF: Senado Federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Brasil. (2007). Chamada Pública MEC/SETEC nº 001/2007. Chamada pública de propostas para apoio ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II. http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edital_chamadapublica.pdf.
- Brasil. (2010). Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm.
- Brasil. (1999). Parecer CNE/CEB nº 16, de 21 de janeiro de 1999. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília. http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE_CEB16_99.pdf.
- Brasil. (2011). Portaria MEC nº - 79, de 28 janeiro de 2011. Autoriza o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul a promover o funcionamento do Campus de Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Ponta Porã e Três Lagoas - MS. https://www.ifms.edu.br/acao-informacao/institucional/historia/portaria_79_autoriza_funcionamento_campus.pdf/.
- Brasil. (2020). Plataforma Nilo Peçanha - PNP: Ano base 2019. <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2019.html>.

- Brasil. (2011). Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário 2011 - 2012/ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. – Brasília: Mapa/SPA, pág. 92.
- Brasil. (2010). Ministério da Educação – MEC. Linha do Tempo Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica 2008 a 2010. <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>.
- Campo Grande (2014). Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2014-2018 - IFMS. https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/planos/pdi_ifms_2014_2018.pdf.
- Campo Grande. (2012). Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, edição nº 8.342 de 28-12-2012. https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO8342_28_12_2012.
- Coelho, M. I. M. (2008). Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. 1(1), MEC, SETEC.
- Costa, S. G. A (2011). Permanência na educação superior no Brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil. <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/37031>
- Creswell, J. W. W. (2010). Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. (2a ed.), Bookman.
- Crocco, L; et al. (2006). Marketing aplicado: o planejamento de marketing. Saraiva.
- Dietz, G. & Cortés, M. (2011). Interculturalidad y educación intercultural en México. Un análisis de los discursos nacionales e internacionales en su impacto en los modelos educativos mexicanos. México.
- Dowbor, L. (1996). Da globalização ao poder local: a nova hierarquia dos espaços. In: Freitas, M. C. A reinvenção do futuro. Cortez.
- Dumaresq, Z. M. M. (2014). Análise da Política de Assistência Estudantil no âmbito Instituto Federal do Ceará – campus de Fortaleza sob o olhar dos discentes. 2014. 119f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza (CE). http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8995/1/2014_dis_zmmdumaresq.pdf.
- Eisenhardt, K. M. (1989). Building Theories from Case Study Research. *The Academy of Management Review*, 14(4), 532-550.
- Fernandes, N. G. O. (2012). A Política de Assistência Estudantil e o Programa Nacional de Assistência Estudantil: o caso da Universidade Federal de Itajubá. 2012. 200 p. Tese (Doutorado em educação). Faculdade de Educação. Universidade de Educação de São Paulo.
- Filho, E. R. O. (2020). A importância social do campus Araçuaí do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do norte de Minas Gerais para a região de abrangência. *Revi Vale*, 1(1). <http://revivale.ifnmg.edu.br/index.php/revivale/article/view/49/2>.
- Gil, A. C. (2007). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. (5a ed.), Atlas.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFMS. (2022, 24 de fevereiro). Campus Ponta Porã, Informações Úteis, Licitações e Contratos. <https://www.ifms.edu.br/campi/campus-ponta-pora/informacoes/licitacoes-e-contratos/contratos-1/contratos>.
- IFMS. (2021, 23 de janeiro) Campus Ponta Porã: Quem é quem. <https://www.ifms.edu.br/campi/campus-ponta-pora/sobre/quem-e-quem>.
- IFMS. (2020, 02 de janeiro). *Projeto Pedagógico do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Informática*. <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/projetos-pedagogicos/projetos-pedagogicos-dos-cursos-tecnicos/projeto-pedagogico-do-curso-tecnico-em-informatica-ponta-pora.pdf>.
- IFMS. (2018, 13 de dezembro). *Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019-2023*. <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/planos/pdi-2019-2023.pdf/>.
- IFMS. (2018, 12 de dezembro). *Projeto Pedagógico do Curso Superior de Bacharelado em Agronomia*. <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/projetos-pedagogicos/projetos-pedagogicos-dos-cursos-de-graduacao/projeto-pedagogico-do-curso-superior-agronomia-ponta-pora.pdf>.
- IFMS. (2017, 01 de agosto). *Projeto Pedagógico do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente em Agricultura*. <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/projetos-pedagogicos/projetos-pedagogicos-dos-cursos-tecnicos-pos-medio/projeto-pedagogico-do-curso-tecnico-subsequente-em-agricultura-ponta-pora.pdf/view>.
- IFMS. (2017, 01 de agosto). *Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio*. <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/projetos-pedagogicos/projetos-pedagogicos-dos-cursos-de-graduacao/projeto-pedagogico-do-curso-superior-gestao-agronegocio-ponta-pora.pdf>.
- IFMS. (2016, 14 de agosto). *Projeto pedagógico do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Agricultura*. <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/projetos-pedagogicos/projetos-pedagogicos-dos-cursos-tecnicos-pos-medio/projeto-pedagogico-do-curso-tecnico-subsequente-em-agricultura-ponta-pora.pdf>.
- IFMS. (2014, 20 de julho). *Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2014-2018*. https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/planos/pdi_ifms_2014_2018.pdf/.
- Lei nº 12.593 de 18 de janeiro de 2012, Lei nº 12.593 (2012, 18 de janeiro) (Brasil). Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. Brasília. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112593.htm.

- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Lei nº 11.892 (2008, 29 de dezembro) (Brasil Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm.
- Levin, J. (1987). *Estatística Aplicada a Ciências Humanas*. (2a ed.), Editora Harbra Ltda.
- Libâneo, J. C. (2008). *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. (5a ed.), Mf Livros.
- Llewellyn, S. & Northcott, D. (2007). The “singular view” in management case studies qualitative research in organizations and management. *An International Journal*, 2(3), 194-207.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (1996). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. (3a ed.), Atlas.
- Martins, G. A. (2008). *Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa*. (2a ed.), Atlas.
- Mato Grosso do Sul, Brasil. (2015, 22 de fevereiro). *Cadernos de Agroecologia*, v. 9, n. 4. <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/issue/view/81>.
- Mello, M. S. V. N. (2009). *De Escola de Aprendizes Artífices a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: cem anos de história*. – Manaus: Editora.
- M. Nogueira, A. & C. Nogueira, M. M. (2009). *Bourdieu e a Educação*. (3a ed.), Autêntica.
- Oliveira, G. B. & Lima, J. E. S. (2003). Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. *Revista da FAE*, 6(2), 29-37.
- Pacheco, E. M. (2011). *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Editora Moderna.
- Padua-Gomes, J. B., Bezerra, G. J.; Nascimento, J. S., Schlindwein, M. M., & Padovan, M. P. (2015). Produção orgânica no Assentamento Itamarati, em Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. *Cadernos de Agroecologia*, 9(4).
- Rebolledo, N. (2009). *Cultura, escolarización y etnografía. Los plikur en el Amazonas brasileño del Bajo Uaça*. México.
- Saviani, D. (1984). *Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. Cortez.
- Schiedeck, S. S. C. (2019). Internacionalizando a Rede Federal de Educação Profissional: descobertas empíricas e análises emergentes. *Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico*, Manaus, Brasil. 5(10).
- Sebrae. (2015). *Desenvolvimento econômico territorial Mato Grosso do Sul. Mapa de Oportunidades do Município de Ponta Porã*. https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Anexos/Mapa%20Oportunidades/Livreto_PONTA%20POR%C3%83.pdf.
- Silva, A. R., & Terra, D. C. T. (2013). A Expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os Desafios na Contribuição para o Desenvolvimento Local e Regional. 1º Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento. Curitiba/PR.
- Silva, P. F. (2017). O SISFRON no quadro do debate sobre reforma do sistema brasileiro de aquisições de defesa. *Análise Estratégica*, Brasília, 5, 29.
- Souza, J. E. R., & Mourão, A. R. B. (2011). Os programas de expansão da educação profissional nos governos de Sarney, FHC e Lula. In: *Amazônida: R. do Prog. de Pós- Graduação em Educação da UFAM*. 16(1).
- Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP (2021). *Gestão de pessoas*. <https://suap.ifms.edu.br>.
- Zimmer, R. (2011). *As relações entre educação, geração de renda e ocupações no Estado do Rio Grande do Sul*. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia. Porto Alegre.